

quarentena

SEMANA

QUARENTENA SEDF

200 questões



PNE 2026 - 09 MARÇO
WILLIAM DORNELA



Lei 13.005/14
2014 – 2024*

Faz parte do planejamento estratégico do Brasil visando à melhoria da educação nacional.

OBS: De acordo com a Lei nº 14.934, de 25 de julho de 2024, a vigência do PNE foi prorrogada até 31 de dezembro de 2025.

O PNE surgiu a partir do texto do disposto no ART. 214 da Constituição Federal.

A lei do PNE está organizada em duas partes:

CORPO DA LEI

ANEXO com as Metas e Estratégias.



COMPOSIÇÃO DO PNE:

10 DIRETRIZES – Caminhos

20 METAS – Quantificáveis

255 ESTRATÉGIAS – Como

NOVO PNE
(PL N° 2.614/2024)

Aprovação na Câmara:

Comissão Especial da Câmara dos Deputados aprovou o novo Plano Nacional de Educação (PNE) em 10 de dezembro.

Foco das metas:

inclui compromissos para creches/vagas, tempo integral, ensino técnico e profissional, e matrículas no ensino superior.

Emendas incorporadas:

o relator apresentou nova versão incorporando 48% das 4.450 emendas.

Estrutura geral:

proposta organiza 19 objetivos estratégicos e diversas metas.

Investimento em educação:

prevê elevar o investimento público para 7,5% do PIB em 7 anos e 10% ao fim do decênio.

Metas para os anos de vigência do plano

2º ano

- Todas as crianças de 4 e 5 anos na pré-escola
- Conexão à internet de alta velocidade com redes wi-fi em 50% das escolas públicas

3º ano

- Toda a população de 6 a 17 anos com acesso à escola
- Condições mínimas de infraestrutura e salubridade em todas as escolas
- Prova nacional para carreiras do magistério da educação básica

10º ano

- Investimento público em educação equivalente a 10% do PIB
- 85% dos alunos com nível adequado de aprendizagem no fim do ensino fundamental
- 80% dos estudantes com nível adequado de aprendizagem no fim do ensino médio

5º ano

- 80% das crianças alfabetizadas ao final do 2º ano do ensino fundamental
- 97% da população com 15 anos ou mais alfabetizada
- Matrículas em tempo integral em até 50% das escolas públicas, para atender 35% dos estudantes da educação básica
- Conexão à internet de alta velocidade com redes wi-fi em pelo menos 75% das escolas públicas
- Planos para adaptação às mudanças do clima em 60% das redes de ensino
- Redução de contratos temporários (no máximo 30% dos profissionais do magistério poderão estar sem cargo efetivo)

7º ano

- Investimento público em educação equivalente a 7,5% do PIB

Uma escola do DF identificou que a matrícula no ensino fundamental (6–14) está praticamente universalizada, mas há dois gargalos: estudantes com faltas recorrentes e trajetórias fragmentadas, que “aparecem e somem” durante o ano; elevação da reprovação no 6º ano, produzindo distorção idade-série e atrasando a conclusão do ciclo na idade recomendada. A gestão decidiu implantar um protocolo de acompanhamento baseado em evidências: busca ativa dos ausentes, registro sistemático de aprendizagem ao longo do percurso (não apenas nota final), recuperação paralela e progressão parcial em pontos específicos, além de pactuação de intervenções com a rede de proteção social quando houver vulnerabilidade.

Com base nesse contexto e na meta 02 do PNE, julgue os itens de 1 a 5:

01. Mesmo com matrícula quase universalizada, o quadro descrito justifica ações de busca

ativa e monitoramento contínuo, pois a política não se esgota no acesso e envolve permanência e progressão com aprendizagem.

02. A adoção de recuperação paralela e progressão parcial, quando vinculada a objetivos claros e acompanhamento processual, pode funcionar como estratégia para reduzir retenção e distorção idade-série sem cair em aprovação automática.

03. Em termos de cumprimento normativo, é suficiente demonstrar que todos os estudantes de 6 a 14 anos foram matriculados, pois o objetivo relativo à conclusão na idade adequada configura consequência natural da universalização do acesso.

04. A interpretação de que a reprovação no 6º ano é um problema “individual do aluno”, sem relação com organização didática e avaliação, é compatível com a lógica de

política pública, já que o PNE trata apenas de ampliação de vagas, não de regulação do percurso escolar.

05. Como o objetivo de 95% de conclusão na idade adequada é definido nacionalmente, basta demonstrar que a rede universalizou a matrícula e implantou busca ativa, correção de fluxo e recuperação/progressão parcial são medidas opcionais e não se vinculam ao núcleo do problema do caso.

Registro de reunião (DF):

Uma escola anunciou que “implantou tempo integral” porque passou a oferecer, no contraturno, oficinas de esporte e reforço escolar para alguns estudantes. Entretanto, o currículo da manhã permaneceu idêntico, sem integração pedagógica com o contraturno, e as oficinas foram definidas apenas pela disponibilidade de voluntários. A coordenação questionou se o desenho garante educação integral ou se cria um turno extra desconectado do projeto educativo.

Com base na meta 06 do PNE e na situação problema apresentada, julgue os itens de 6 a 10:

06. A simples ampliação de permanência na escola, sem integração curricular e sem intencionalidade formativa, pode não atender ao desenho de política de educação em tempo integral, pois tempo ampliado não equivale, automaticamente, a educação integral.

07. Se apenas parte dos estudantes participa do contraturno, a experiência necessariamente contraria a meta, pois tempo integral exige adesão simultânea de 100% da escola desde o primeiro ano de implementação.

08. Priorizar estudantes em maior vulnerabilidade para acesso ao tempo integral é compatível com o espírito da política, desde que não se reduza a “reforço” e assegure experiências formativas diversificadas e integradas.

09. A oferta de oficinas definidas por disponibilidade circunstancial (voluntários/agenda) é suficiente para caracterizar política de

tempo integral, pois a meta trata principalmente de ampliação do tempo e não de coerência pedagógica.

10. Mesmo que o contraturno não esteja integrado ao currículo, a caracterização de educação integral se mantém se houver ampliação do tempo de permanência e oferta de oficinas, pois a meta opera por tempo e cobertura, não por integração pedagógica.

Trecho de plano de ação (DF):

Num CEF noturno, a evasão na EJA cresceu. Para enfrentar isso, a gestão propôs reorganizar a oferta: articular EJA com cursos de qualificação profissional, mapear saberes prévios dos estudantes (reconhecimento de aprendizagens), flexibilizar trajetórias sem “encurtar” indevidamente objetivos formativos e firmar cooperação para oferta técnica gratuita concomitante ao percurso da EJA. O plano também prevê monitoramento de permanência e apoio para estudantes trabalhadores.

Com base na meta 10 do PNE e no estudo de caso apresentado, julgue os itens de 11 a 15:

11. Integrar EJA e educação profissional pode ampliar permanência e sentido social do estudo para estudantes trabalhadores, desde que não reduza a EJA a treinamento ocupacional desvinculado da formação geral.

12. É correto afirmar que, para cumprimento dessa política, basta oferecer cursos profissionalizantes paralelos à EJA, ainda que não haja integração pedagógica, pois a meta se satisfaz com a simultaneidade de ofertas.

13. Reconhecer saberes prévios e trajetórias (sem transformar isso em “dispensa automática” de escolarização) é compatível com o desenho de políticas para público adulto, pois evita repetição inútil e reduz evasão sem rebaixar a exigência formativa.

14. Se a escola alcançar 25% das matrículas de EJA articuladas à educação profissional, pode-se concluir que o objetivo foi atendido mesmo que a integração ocorra no ensino fundamental, pois a política não abrange o ensino médio.

15. Ao mencionar EJA integrada e cooperação para oferta técnica, o plano dialoga diretamente com a Meta 10, que prevê ampliar EJA integrada à educação profissional.

Nota de audiência pública (DF):

Em debate sobre valorização do magistério, um participante afirmou que “a meta está cumprida” porque o vencimento inicial do professor ficou acima do de outras carreiras. Outro argumentou que a comparação relevante é o rendimento médio do magistério frente a demais profissionais com escolaridade equivalente, considerando a estrutura remuneratória e o comportamento ao longo da carreira, e não apenas o piso/entrada. Também se discutiu se gratificações temporárias “resolvem” a equiparação.

Com base na meta 17 do PNE e na situação problema apresentado, julgue os itens de 16 á 20:

16. A comparação exclusivamente pelo vencimento inicial é insuficiente para concluir cumprimento da política, pois o parâmetro é rendimento médio, o que envolve estrutura remuneratória e distribuição ao longo da carreira.

17. Se o DF elevar o piso, já se pode inferir automaticamente a equiparação do rendimento médio, pois a média é determinada principalmente pela entrada na carreira.

18. A substituição de reestruturação remuneratória por gratificações transitórias pode produzir melhora momentânea, mas não garante, necessariamente, equiparação sustentável do rendimento médio.

19. Ainda que não se cite “Meta 17” em todo o debate, a controvérsia descrita é típica do cumprimento dessa meta: ela não trata de uma parcela específica do salário, mas de equiparação do rendimento médio com escolaridade equivalente.

20. A equiparação do rendimento médio pode ser considerada atendida mesmo que o magistério permaneça abaixo de outras carreiras com escolaridade equivalente, desde que haja crescimento anual do salário do professor acima da inflação.

O NOVO ENSINO MÉDIO - 10 MARÇO
CARLINHOS COSTA

Estrutura do currículo

- Formação Geral Básica (BNCC)
- Itinerários Formativos (aprofundamento).

Carga horária mínima

- FGB: regra geral 2.400h (no técnico pode ser 2.100h).
- Itinerários: mínimo 600h.

Itinerários

- Cada itinerário precisa aprofundar integralmente pelo menos 1 área (ou ser técnico).
- A escola deve ofertar no mínimo 2 itinerários com ênfases diferentes.



Presencialidade e tecnologia

- Regra é presencial; uso de tecnologia como mediação é excepcional e regulado.

Áreas do conhecimento (BNCC)

- Quatro áreas:
 - Linguagens;
 - Matemática;
 - Ciências da Natureza;
 - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.
- FGB cumpre BNCC por áreas: a FGB organiza o que é “comum” seguindo essas áreas.

Projeto de vida

- Projeto de vida integra o trabalho pedagógico e mira formação integral, cidadania, comunidade e mundo do trabalho.

No CED 02 de Ceilândia, o colegiado pedagógico está redesenhando o currículo do ensino médio para 2026. O plano preliminar prevê:

- (1) FGB distribuída por áreas, com parte diversificada integrada;
- (2) itinerários com dois percursos (um com ênfase em Linguagens; outro com ênfase em Ciências Humanas);
- (3) “projeto de vida” estruturado como eixo do trabalho pedagógico;
- (4) para turmas de tempo integral, reconhecimento de aprendizagens extraescolares mediante comprovação;
- (5) adoção de parte do currículo mediada por tecnologia com base em “facilidade logística”, sem justificativa de excepcionalidade.

Com base no estudo de caso e nas disposições da LDB sobre o novo ensino médio, julgue os itens de 1 a 4:

01. A proposta descrita, ao combinar formação geral básica alinhada à base nacional com itinerários formativos, preserva o desenho legal do ensino médio, desde que a parte diversificada não se sobreponha ao cumprimento dos direitos e objetivos de aprendizagem definidos para a formação geral básica.

02. A previsão de oferta mediada por tecnologia, quando adotada como alternativa regular por conveniência administrativa, encontra compatibilidade com o regime do ensino médio se a escola assegurar instrumentos de avaliação presenciais e carga horária equivalente à presencial.

03. O reconhecimento, em cursos de tempo integral, de aprendizagens desenvolvidas em experiências extraescolares pode ser utilizado para integralização curricular quando houver comprovação e vinculação demonstrável aos objetivos formativos do percurso, sem que isso dispense o planejamento pedagógico do currículo escolar.

04. A organização da formação geral básica por áreas, com garantia de direitos e objetivos de aprendizagem definidos na base na-

cional do ensino médio, é compatível com a proposta curricular descrita, ainda que a escola planeje itinerários com ênfase diferenciada em áreas específicas.

No CED 01 do Gama, o sistema pretende expandir itinerários ofertando aprofundamento integral em duas áreas, deixando as demais para “rodadas futuras”. A direção sustenta que o cumprimento da BNCC na FGB resolveria o dever de cobertura de áreas, e que a exigência de ampliar itinerários recai sobre a rede “como um todo”, não sobre cada escola.

Com base na situação-problema e nas disposições da LDB, julgue os itens de 5 a 7:

05. A organização que garante aprofundamento integral de duas áreas e mantém as demais restritas ao que já foi desenvolvido na formação geral básica pode ser aceita no marco legal se o sistema ofertar, em outras escolas da mesma região, itinerários que completem a cobertura das áreas, ainda que a escola em questão não o faça.

06. O dever de oferta de itinerários com ênfases distintas não impede que cada itinerário seja estruturado em torno do aprofundamento integral de uma área, desde que a matriz e o arranjo curricular evidenciem esse aprofundamento de forma consistente no percurso.

07. A compreensão de que a formação geral básica pode ser “ajustada” para compensar lacunas de itinerários, sob o argumento de que o aprofundamento curricular é flexível, conflita com o regime de cargas mínimas e com o papel da base nacional como núcleo de direitos de aprendizagem.

No CED 03 de Sobradinho, uma proposta curricular prevê itinerário de 400 horas e afirma que o restante será cumprido em “projetos integradores” sem detalhar como se configura o aprofundamento de área. Outra proposta prevê 600 horas, mas descreve o itinerário como “mix interdisciplinar” sem indicar qual área é aprofundada integralmen-

te, defendendo que “interdisciplinaridade dispensa ênfase”.

Com base na situação-problema e nas disposições da LDB, julgue os itens de 8 a 10:

08. Um itinerário com carga horária de 400 horas pode ser validado quando os projetos integradores forem descritos como aprofundamento transversal, desde que a escola evidencie aprendizagem por competências e mantenha avaliação formativa.

09. A caracterização de um itinerário como interdisciplinar não elimina a exigência de que ele se organize de modo a assegurar aprofundamento integral de ao menos uma área, quando a proposta não se enquadra como formação técnica e profissional.

10. A inserção de projetos e pesquisas sobre temas transversais pode integrar a integralização curricular.

No CED 01 de Taguatinga (DF), a escola vai ofertar formação técnica e profissional articulada ao ensino médio por parceria com instituição credenciada. A equipe pretende reduzir a carga da formação geral básica para ampliar o bloco técnico, cogita integrar parte da FGB a conteúdos diretamente ligados à área técnica e afirma que, por oferecer técnico, a escola pode reconfigurar o dever de ofertar aprofundamento integral das áreas.

Com base no estudo de caso e nas disposições da LDB acerca do novo ensino médio, julgue os itens de 11 a 14:

11. No desenho com formação técnica e profissional, a redução da carga mínima da formação geral básica, aliada à integração de parte dessa carga a conteúdos diretamente vinculados à habilitação técnica, está prevista como possibilidade normativa.

12. A parceria com instituição credenciada para oferta técnica, ainda que fortaleça a política de expansão, exige observância do regimento de credenciamento e admite preferência por instituições públicas, sem converter a parceria em desresponsabiliza-

ção do sistema de ensino.

13. A possibilidade de cursar um segundo itinerário após concluir o ensino médio está condicionada a disponibilidade de vagas e regras do sistema, não se configurando como prerrogativa automática.

14. A simples presença de componente técnico no currículo autoriza a escola a dispensar a organização de itinerários em no mínimo dois percursos com ênfases distintas e a não ofertar aprofundamento integral das quatro áreas.

No CED 02 do Paranoá (DF), a SEEDF discute expansão do tempo integral. O desenho privilegia escolas com maior procura e melhor infraestrutura histórica, e defende que equidade pode ser tratada “na matrícula”, sem orientar a seleção de escolas e territórios atendidos.

Com base no estudo de caso e nas disposições da LDB acerca do novo ensino médio, julgue os itens de 15 e 16:

15. A expansão do tempo integral, quando orientada por critérios de equidade que considerem vulnerabilidade e grupos historicamente discriminados, traduz diretriz legal que vincula o planejamento da política pública e não se esgota em regras internas de matrícula.

16. A implementação do novo currículo do ensino médio foi estabelecida com marco temporal e com exigência de planejamento (planos de ação), além de apoio técnico-financeiro e formativo em colaboração federativa.

No CED 01 de Brazlândia (DF), há demanda por ensino médio noturno. A rede discute se mantém uma unidade com oferta regular noturna na sede. A escola elabora proposta pedagógica com metodologias investigativas, articulação com território e vida comunitária, e reconhecimento do trabalho como elemento formativo, além de discutir como registrar experiências extraescolares

de modo compatível com o currículo.

Com base na situação-problema e nas disposições da LDB acerca do novo ensino médio, julgue os itens de 17 e 20:

17. A proposta pedagógica que mobiliza metodologias investigativas, articula escola com território e reconhece o trabalho como dimensão formativa dialoga com parâmetros normativos que orientam finalidades e organização do ensino médio.

18. A construção de projeto de vida, embora valorizada no ensino médio, pode ser tratada como atividade paralela, sem conexão com a proposta pedagógica e sem relação com formação integral, participação social e preparação para o mundo do trabalho.

19. Demanda manifesta e comprovada por ensino médio regular noturno na sede municipal aciona obrigação sistêmica de manter ao menos uma escola com essa oferta, sob regulamentação do próprio sistema.

20. O reconhecimento do trabalho como elemento formativo permite contabilizar experiências de trabalho remunerado como parte do currículo do tempo integral, desde que o sistema defina formas de comprovação e vínculo com objetivos curriculares, não bastando registro informal da escola.

SUBSTANTIVO (PORTUGUÊS DO ZERO) - 11 MARÇO

GUSTAVO SILVA



Gustavo Silva

Substantivo é a palavra que dá nome a seres reais ou imaginários, objetos, lugares, qualidades, sentimentos e ações.

Exemplos:

- pessoa: *professor, Maria*
- objeto: *mesa, celular*
- lugar: *cidade, escola*
- sentimento: *amor, alegria*
- fenômeno da natureza: *chuva, vento*

Características do substantivo

1. Gênero

O substantivo pode ser:

Masculino: menino, gato

Feminino: menina, gata

Número

Pode estar no:

Singular: indica um ser → casa

Plural: indica mais de um → casas

Grau

Indica **tamanho ou intensidade**.

Diminutivo: casinha, gatinho

Aumentativo: casarão, gatão

Sublinhe os substantivos:

O líder supremo do Irã, aiatolá Ali Khomeini, de 86 anos, morreu em 28 de fevereiro de 2026, após um ataque conjunto dos Estados Unidos e Israel contra seu escritório em Teerã. O governo iraniano confirmou a morte, que gerou promessas de retaliação e aumentou as tensões no Oriente Médio.

RESUMO DA AULA

SUBSTANTIVO

Conceito: palavra que dá nome aos seres.

Tipos

- Comum → cidade, menino
- Próprio → Brasil, Maria
- Concreto → casa, cachorro
- Abstrato → amor, tristeza
- Coletivo → cardume, alcateia
- Características
- Gênero: masculino / feminino
- Número: singular / plural
- Grau: aumentativo / diminutivo

01. Assinale a alternativa em que o substantivo destacado é próprio.

A. A **cidade** estava movimentada.

B. O **Brasil** possui grande diversidade cultural.

C. O **povo** participou da festa.

D. A **nação** enfrenta desafios.

02. Em qual alternativa o substantivo destacado é **comum**?

A. **Brasília** foi planejada.

B. **América** possui muitos países.

C. O **menino** brincava no parque.

D. **Pedro** chegou cedo.

03. Assinale a alternativa que apresenta um **substantivo abstrato**.

A. mesa.

B. tristeza.

C. pedra.

D. cadeira.

04. Assinale a alternativa que apresenta um **substantivo coletivo**.

A. professor.

B. biblioteca.

C. matilha.

D. animal.

05. Em qual alternativa aparece um **substantivo derivado**?

A. pedra.

B. ferro.

C. pedreiro.

D. terra.

06. O substantivo **“livraria”** é classificado como:

A. primitivo.

- B. derivado.
- C. coletivo.
- D. abstrato.

07. Em qual alternativa todos os substantivos são **concretos**?

- A. amor – alegria – tristeza.
- B. casa – árvore – pedra.
- C. medo – saudade – sonho.
- D. fé – esperança – coragem.

08. O substantivo coletivo que indica **conjunto de lobos** é:

- A. cardume.
- B. alcateia.
- C. manada.
- D. matilha.

09. O substantivo coletivo VARA refere-se a:

- A. porcos.
- B. peixes.
- C. lobos.
- D. cães.

10. Jacaré é um substantivo:

- A. Epiceno.
- B. abstrato.
- C. coletivo.
- D. composto.

AUTORES DA EDUCAÇÃO - 12 MARÇO
FERNANDO SOUSA

Em um curso de formação continuada para professores da rede pública, o coordenador pedagógico propõe que os participantes analisem diferentes experiências históricas da educação para compreender como determinadas concepções pedagógicas ainda influenciam práticas escolares contemporâneas. Durante a discussão, surgem exemplos de escolas que priorizam disciplina rígida e memorização, outras que defendem a centralidade da experiência da criança e ainda aquelas que apostam na formação moral e no método sistemático de ensino. Alguns professores passam a relacionar essas práticas com autores clássicos da pedagogia, mas nem sempre fazem essas associações de forma precisa. A partir desse contexto, o grupo decide analisar criticamente as ideias de alguns pensadores que marcaram a história da educação.

Julgue os itens de acordo com o tema:

01. A pedagogia desenvolvida pelos jesuítas, especialmente sistematizada na Ratio Studiorum, organizava o ensino por meio de forte disciplina intelectual, centralidade do professor e valorização da memorização e da retórica clássica. Essa proposta articulava formação religiosa, domínio da linguagem e cultivo da lógica argumentativa, influenciando

do profundamente o modelo escolar tradicional que se difundiu em diversas regiões do mundo.

02. Comênio defendia que a educação deveria ocorrer apenas entre grupos socialmente selecionados e com forte exclusão das camadas populares, razão pela qual sua proposta pedagógica valorizava o ensino restrito às elites intelectuais e religiosas.

03. O pensamento pedagógico de Herbart estruturou-se na defesa de uma didática sistemática voltada à formação moral. Para ele, o ensino deveria seguir etapas organizadas, preparação, apresentação, associação, generalização e aplicação, de modo que o conhecimento contribuísse para a construção do caráter e da consciência ética do educando.

04. Pestalozzi defendia que o ensino deveria ser baseado essencialmente em exercícios de repetição e memorização de conteúdos abstratos, aproximando-se da tradição escolástica medieval e rejeitando a experiência sensível da criança.

05. A pedagogia de Rousseau, especialmente em Emílio, enfatiza a necessidade de res-

peitar o desenvolvimento natural da criança, defendendo uma educação que minimize interferências sociais precoces e permita que a aprendizagem se organize a partir da experiência direta com o mundo.

06. Froebel, criador do jardim de infância, defendia que a educação das crianças pequenas deveria concentrar-se prioritariamente na transmissão de conteúdos enciclopédicos e na preparação intelectual precoce para o ensino formal.

07. A proposta educativa de Durkheim concebe a educação como processo de socialização pelo qual a sociedade transmite às novas gerações valores, normas e modos de agir necessários à coesão social, evidenciando o caráter socialmente estruturado da formação humana.

Em uma escola que busca reorganizar seu projeto pedagógico, a equipe docente discute formas de tornar o ensino mais significativo para os estudantes. Alguns professores defendem metodologias baseadas em projetos, outros sugerem atividades centradas no interesse da criança, enquanto há também quem proponha reorganizar o currículo a partir de problemas da realidade social. Nesse debate, diversos autores são citados como referência para fundamentar práticas pedagógicas mais democráticas e participativas. Entretanto, as interpretações sobre essas teorias nem sempre são precisas, gerando confusões conceituais.

Julgue os itens de acordo com o tema:

08. A pedagogia de John Dewey sustenta que a aprendizagem ocorre por meio da experiência e da resolução de problemas. Nesse sentido, a escola deve funcionar como espaço democrático de investigação e participação, no qual os estudantes constroem conhecimentos ao interagir com situações concretas da vida social.

09. Anísio Teixeira, inspirado em concepções tecnicistas de educação, defendia que a escola pública deveria restringir-se à transmissão eficiente de conteúdos, evitando práticas

participativas ou experiências democráticas no ambiente escolar.

10. O construtivismo de Piaget sustenta que o conhecimento é construído a partir da interação entre sujeito e meio, por meio de processos de assimilação, acomodação e equilíbrio. Dessa forma, o desenvolvimento cognitivo ocorre em estágios e envolve reorganizações progressivas das estruturas mentais.

11. Montessori defendia que o professor deveria manter controle constante sobre cada atividade da criança, orientando rigidamente todas as ações realizadas em sala de aula para garantir disciplina e uniformidade no aprendizado.

12. O método de Decroly organiza o currículo a partir de centros de interesse vinculados às necessidades vitais da criança, propondo que a aprendizagem se desenvolva por meio de observação, associação e expressão, em contato com situações reais da vida.

13. A pedagogia de Carl Rogers propõe que o professor atue como agente de reforço comportamental sistemático, organizando estímulos e recompensas para controlar o comportamento dos estudantes em sala de aula.

14. Skinner, ao desenvolver o behaviorismo radical, defendeu que a aprendizagem poderia ser compreendida como resultado de condicionamentos operantes, nos quais reforços positivos ou negativos influenciam a probabilidade de determinados comportamentos ocorrerem novamente.

Durante um seminário sobre educação e sociedade, professores analisam o papel da escola na reprodução ou transformação das desigualdades sociais. Alguns defendem que a escola pode contribuir para a emancipação dos sujeitos, enquanto outros argumentam que ela muitas vezes reproduz relações de poder presentes na sociedade. Para aprofundar o debate, o grupo decide retomar contribuições de autores críticos que analisaram as relações

entre educação, cultura, trabalho e sociedade.

Julgue os itens de acordo com o tema:

15. Karl Marx compreende a educação como fenômeno historicamente condicionado pelas relações de produção, defendendo que o processo educativo está articulado às estruturas sociais e pode contribuir para a formação crítica dos sujeitos no contexto das lutas de classe.

16. Gramsci defendia que a escola deveria abandonar completamente o ensino de conteúdos sistematizados e concentrar-se apenas em experiências espontâneas de aprendizagem, sem mediação intelectual do professor.

17. A pedagogia de Paulo Freire propõe uma educação problematizadora e dialógica, na qual educador e educando constroem conhecimentos a partir da reflexão crítica sobre a realidade, buscando superar práticas educativas bancárias baseadas na simples transmissão de conteúdos.

18. Freinet defendia que a aprendizagem deveria ocorrer exclusivamente por meio de aulas expositivas sistemáticas conduzidas pelo professor, rejeitando o uso de técnicas de cooperação e produção coletiva entre estudantes.

19. Libâneo afirma que a escola possui função social vinculada à formação cultural e crítica dos estudantes, defendendo a mediação docente e a organização didática do ensino como elementos fundamentais para garantir a apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos.

20. Saviani afirma que a pedagogia histórico-crítica deve afirmar o ensino sistemático dos conteúdos escolares de forma transmissiva, pois o conhecimento científico é considerado secundário diante das experiências espontâneas dos estudantes.

DCN's - 13 MARÇO
GUILHERME AUGUSTO

01. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pelo Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas educacionais e a elaboração, implementação e avaliação das orientações curriculares nacionais, das propostas curriculares dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, e dos projetos político-pedagógicos das escolas.

02. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos aplicam-se a todas as modalidades do Ensino Fundamental previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, exceto para a Educação do Campo, a Educação Escolar Indígena e a Educação Escolar Quilombola, por suas especificidades.

03. De acordo com as Diretrizes Curriculares

Nacionais do Ensino Fundamental, a educação de qualidade, como direito fundamental, deve ser relevante, pertinente e equitativa.

04. As Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental determinam que os sistemas de ensino e as escolas deverão adotar como norteadores das políticas educativas e das ações pedagógicas princípios éticos, políticos e estéticos.

05. Segundo a resolução CNE/CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010, o principal objetivo estabelecido para o Ensino Fundamental é o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

06. É obrigatória a matrícula no Ensino Fundamental de crianças com 6 anos completos ou a completar até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula, nos termos

da Lei e das normas nacionais vigentes. As crianças que completarem 6 anos após essa data devem, obrigatoriamente, ser matriculadas na Pré-Escola.

07. Com relação às Diretrizes Curriculares Nacionais que regulamentam o ensino fundamental de nove anos, a base comum e a parte diversificada constituem componentes desarticulados do currículo, de modo a garantir as especificidades de cada sistema de ensino.

08. Com relação ao currículo do Ensino Fundamental com 9 (nove) anos de duração, a Resolução N° 07 de 14 de dezembro de 2010/CNE/CEB prevê que em sua parte diversificada será incluído obrigatoriamente, a partir do 6° ano, o ensino de somente uma Língua Estrangeira moderna.

09. A Educação Física, componente obrigatório do currículo do Ensino Fundamental, integra a proposta político-pedagógica da escola e será facultativa ao aluno nas circunstâncias previstas no § 3° do art. 26 da Lei n° 9.394/96.

10. Conforme as DCNs do Ensino Fundamental, a avaliação dos alunos, a ser realizada pelos professores e pela escola como parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo, é redimensionadora da ação pedagógica e deve assumir um caráter processual, formativo e participativo, ser contínua, cumulativa e diagnóstica.

11. Do 1° ao 5° ano do ensino fundamental, os componentes curriculares educação física e arte devem necessariamente estar a cargo do professor de referência da turma.

12. Mesmo quando o sistema de ensino ou a escola, no uso de sua autonomia, fizerem opção pelo regime seriado, será necessário considerar os três anos iniciais do ensino fundamental como um bloco pedagógico passível de interrupção.

13. Nas escolas que optarem por incluir língua estrangeira nos anos iniciais do ensino fundamental, o professor de referência da

turma poderá ministrar a aula, sem a necessidade de uma licenciatura específica.

14. De acordo com as DCNs do Ensino Fundamental, considera-se como de período integral a jornada escolar que se organiza em 7 (sete) horas diárias, no mínimo, perfazendo uma carga horária anual de, pelo menos, 1.400 (mil e quatrocentas) horas.

15. Está explícito nas DCNs do Ensino Fundamental que cabe aos sistemas e às redes de ensino prover, para a implementação das diretrizes, o acompanhamento e a avaliação dos programas e ações educativas nas respectivas redes e escolas e o suprimento das necessidades detectadas.

16. É dever do Estado garantir a oferta do Ensino Fundamental público, gratuito e de qualidade, admitindo-se requisitos de seleção.

17. O currículo do Ensino Fundamental é entendido como constituído pelas experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, dissociadas das relações sociais, buscando articular vivências e saberes dos alunos com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos estudantes.

18. No Ensino Fundamental, a Música constitui conteúdo obrigatório, exclusivo do componente curricular Arte, o qual compreende também as artes visuais, o teatro e a dança.

19. A avaliação dos alunos no Ensino Fundamental, a ser realizada pelos professores e pela escola como parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo, é redimensionadora da ação pedagógica e deve assumir um caráter processual, formativo e participativo, ser contínua, cumulativa e diagnóstica.

20. Conforme as DCNs do Ensino Fundamental, a escola deve prover, obrigatoriamente, períodos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo e possibilitar a aceleração de estudos para os alunos com defasagem idade-série.

EDUCAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO - 16 MARÇO
CARLINHOS COSTA

No Centro Educacional 07 de Ceilândia (DF), após queda nos indicadores de rendimento e aumento de evasão no noturno, a direção instituiu um pacote de medidas. Para “garantir permanência responsável”, passou a condicionar o acesso a monitorias, laboratórios e projetos de iniciação científica à manutenção de frequência mínima superior à exigida para aprovação, com registro de que a restrição funcionaria como mecanismo de prevenção à desistência. Paralelamente, foi orientado que docentes evitassem divulgar pesquisas e práticas pedagógicas que contrariassem o material institucional adotado, sob argumento de proteção da “identidade metodológica” da escola. No conselho escolar, as deliberações sobre calendário, uso de recursos e critérios avaliativos passaram a ser tomadas por um núcleo de representantes indicado pela gestão, em reuniões presenciais realizadas no horário diurno, com posterior publicação de resumo das decisões. Para suprir carência docente, discutiu-se admitir profissionais por seleção curricular interna, sustentando-se que o vínculo seria “técnico e emergencial”, sem relação com a lógica de carreira.

Com base na Constituição Federal de 1988, julgue os itens a seguir:

01. A exigência de frequência superior à prevista para aprovação como condição para acesso a oportunidades pedagógicas e recursos escolares, quando aplicada de modo geral e como instrumento disciplinar de permanência, pode configurar obstáculo incompatível com a igualdade de condições de acesso e permanência, ainda que apresentada como estratégia de redução de evasão.

02. A orientação institucional para evitar divulgação e debate de pesquisas e concepções pedagógicas que contrariem o material adotado, com fundamento na preservação de unidade metodológica, é compatível com a liberdade de ensinar e pesquisar quando a escola demonstra que a restrição visa assegurar padrão de qualidade.

03. A centralização deliberativa em núcleo indicado, com reuniões em horário que inviabiliza a participação do noturno e divulgação posterior de resumo, não é suficiente para caracterizar gestão democrática, pois a publicidade do ato não substitui a participação efetiva na decisão.

04. A tentativa de uniformizar práticas pedagógicas para evitar divergências entre docentes, ainda que mantenha oferta de ensino público e coexistência com instituições privadas, alinha-se ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas por se tratar de opção de gestão interna.

05. A admissão de docentes por seleção curricular interna, sob justificativa emergencial e desvinculada de carreira, harmoniza-se com a valorização dos profissionais da educação escolar, pois prioriza mérito acadêmico e atende à necessidade imediata do serviço.

No Centro Educacional 05 de Planaltina (DF), a família de um estudante com deficiência solicitou a organização do atendimento educacional especializado (AEE). A gestão respondeu que o atendimento ocorreria por encaminhamento para uma instituição parceira fora da rede regular, justificando que a escola “não tem estrutura” e que, por isso, seria mais adequado manter o estudante em atendimento separado, com encontros semanais, enquanto na escola regular ele permaneceria sem adaptações adicionais. Em reunião, a direção afirmou que o dever estatal estaria cumprido com a existência de qualquer atendimento, independentemente de onde e de como fosse ofertado.

Com base na situação-problema e nas disposições da CF/88, julgue os itens 6 e 7:

06. A conduta descrita, ao tratar o encaminhamento para atendimento fora da rede regular como solução padrão e ao não organizar o AEE vinculado à escolarização na rede regular, tensiona o comando constitucional que esta-

belece preferência pela oferta do atendimento educacional especializado no ensino regular.

07. A afirmação de que o dever estatal se cumpre com a existência de atendimento separado, ainda que desvinculado da oferta preferencial na rede regular, mantém compatibilidade com o comando constitucional, pois a preferência é critério facultativo de organização administrativa.

Na Escola Classe 18 de Samambaia (DF), a equipe registrou aumento de faltas no 4º e 5º anos e crescimento de estudantes não localizados para rematrícula. A direção decidiu que a escola “não fará busca” porque isso seria atribuição exclusiva das famílias e do Conselho Tutelar, limitando-se a lançar faltas no diário. Em reunião com responsáveis, a gestão afirmou que o poder público cumpre sua parte ao disponibilizar vaga e que a chamada e o zelo pela frequência não integram deveres educacionais, mas medidas de assistência social.

Baseando-se na situação-problema e na Constituição Federal, julgue os itens 8 e 9:

08. A orientação de restringir a atuação escolar ao registro de faltas, afastando práticas de chamada e articulação com responsáveis para acompanhamento de frequência, entra em tensão com o dever estatal de recensear, fazer a chamada e zelar pela frequência no ensino fundamental.

09. A atribuição constitucional de recensear e fazer a chamada permite ao poder público transferir integralmente a responsabilização pela frequência às famílias, mantendo-se a escola desvinculada de qualquer ação de acompanhamento, por se tratar de matéria externa ao dever educacional.

Em Taguatinga (DF), uma instituição privada anunciou abertura de turmas de ensino fundamental e médio com proposta pedagógica própria e calendário diferenciado, afirmando que, por se tratar de liberdade de iniciativa privada, não precisaria submeter o funcionamento a ato autorizativo prévio, bastando comunicar posteriormente ao ór-

gão competente. A escola também divulgou que não seguiria algumas diretrizes nacionais de currículo e avaliação, sustentando que “normas gerais” se aplicariam apenas às redes públicas. Em reunião com famílias, a mantenedora declarou que a fiscalização estatal violaria a liberdade de ensino.

Com base na Constituição Federal e na situação-problema, julgue o item:

10. A liberdade de oferta educacional pela iniciativa privada, no cenário descrito, não afasta a submissão ao cumprimento das normas gerais da educação nacional e à autorização e avaliação de qualidade pelo poder público, de modo que a abertura de turmas sem ato autorizativo e com recusa a diretrizes gerais se mostra incompatível com o regime constitucional.

11. A pretensão de aplicar as normas gerais da educação nacional apenas às escolas públicas, mantendo o ensino privado sujeito exclusivamente a contratos e regimentos internos, harmoniza-se com o texto constitucional, desde que haja posterior avaliação de qualidade.

No Centro Educacional 01 de São Sebastião (DF), após queixas de baixa frequência, a gestão informou que a escola manteria a oferta de alimentação e material didático apenas para estudantes “com desempenho satisfatório” e sem histórico de faltas, como forma de “incentivo pedagógico”. Também comunicou que estudantes do noturno não seriam contemplados com transporte escolar, por se tratar de medida “voltada ao turno diurno”, e que demandas de assistência à saúde seriam encaminhadas integralmente às famílias, por não integrarem o campo de atuação educacional.

Com base na Constituição Federal e na situação-problema, julgue o item:

12. A vinculação do acesso a alimentação e material didático ao desempenho e à assiduidade, como mecanismo de incentivo, pode configurar desvio da finalidade dos programas suplementares ao transformar uma garantia de atendimento em instrumento de seleção interna que repercute na permanência escolar.

13. A exclusão do noturno, do transporte escolar e a compreensão de que assistência à saúde não integra o atendimento educa-

cional são compatíveis com a norma constitucional, pois os programas suplementares podem ser organizados por conveniência administrativa e por prioridade de turno.

No Centro Educacional 06 de Planaltina (DF), ao revisar o currículo do ensino fundamental, a escola decidiu reduzir o tempo destinado aos componentes da base comum para ampliar oficinas eletivas, alegando que a autonomia escolar permite reorganizar o núcleo obrigatório desde que a proposta seja “culturalmente significativa”. No mesmo ato, incluiu ensino religioso no horário regular, atribuindo frequência e nota para fins de promoção e informando às famílias que a disciplina faz parte do “currículo obrigatório” da rede. Além disso, ao receber estudantes indígenas em turma regular, a escola afirmou que o ensino ocorrerá integralmente em língua portuguesa e que eventuais práticas linguísticas específicas poderiam ocorrer em atividades extracurriculares, sem interferir na organização pedagógica.

Com base na Constituição Federal e na situação-problema, julgue o item:

14. A decisão de reduzir conteúdos mínimos do ensino fundamental em favor de oficinas eletivas, sem assegurar formação básica comum, entra em tensão com a diretriz constitucional de fixação de conteúdos mínimos voltada a garantir base comum, conjugada ao respeito a valores culturais e artísticos nacionais e regionais.

15. A atribuição de nota e frequência ao ensino religioso, com repercussão na promoção, encontra compatibilidade com o regime constitucional quando a disciplina integra o horário regular das escolas públicas, independentemente de opção de matrícula.

16. A orientação de manter o ensino fundamental ministrado em língua portuguesa, sem assegurar aos estudantes indígenas a utilização de línguas maternas e processos próprios de aprendizagem no contexto escolar, conflita com a garantia constitucional conferida às comunidades indígenas.

No Centro Educacional 01 do Paranoá (DF),

a SEEDF recebeu comunicado de que um município do entorno firmaria convênio para “assumir” a oferta do ensino médio regular para estudantes residentes em áreas limítrofes, alegando que a prioridade municipal no ensino fundamental não impediria a expansão para o médio. Ao mesmo tempo, a escola solicitou à União apoio técnico e financeiro para adequação de infraestrutura e formação docente, com objetivo de elevar padrão de qualidade. Em reunião intergovernamental, discutiu-se se a função redistributiva recai apenas sobre a União e se o padrão mínimo de qualidade pode ser aferido por critérios administrativos locais sem referência a parâmetros pactuados. Também houve questionamento sobre a ampliação de matrículas em EJA em detrimento do ensino regular, por ser “mais barato” e atender mais rapidamente metas de universalização.

Com base na Constituição Federal e na estudo de caso, julgue o item:

17. A intenção municipal descrita, ao deslocar foco de atuação para o ensino médio regular como eixo principal de oferta, não se harmoniza com a regra constitucional de atuação prioritária dos Municípios, ainda que o regime de colaboração admita arranjos cooperativos para assegurar universalização e equidade do ensino obrigatório.

18. O apoio técnico e financeiro solicitado à União se compatibiliza com a função supletiva e redistributiva em matéria educacional, voltada a equalizar oportunidades e garantir padrão mínimo de qualidade, não se reduzindo a repasse discricionário.

19. A compreensão de que a ação redistributiva se concentra na União e não alcança Estados, DF e Municípios é compatível com o desenho constitucional, pois apenas a União financia o padrão mínimo de qualidade.

20. A adoção de EJA como modalidade prioritária de atendimento da educação básica pública, por critério de custo e velocidade de cobertura, encontra compatibilidade com a diretriz constitucional de que a educação básica pública deve atender prioritariamente ao ensino regular.

BNCC - 17 MARÇO
CARLINHOS COSTA

Na EC 27 de Ceilândia (DF) e no CEF 11 de Ceilândia (DF), a Regional de Ensino orientou a revisão do PPP e do currículo em ação. A equipe pedagógica propôs: organizar as sequências didáticas por competências e habilidades, sem abandonar os conteúdos; ampliar práticas interdisciplinares e projetos; reforçar avaliação processual com devolutivas; e planejar intervenções com foco em equidade, pois há desigualdades de aprendizagem entre grupos de estudantes. Parte do corpo docente, porém, defende que BNCC é “lista de conteúdos mínimos”, que avaliação “boa” é a prova final e que o currículo deve ser uniforme para todas as turmas para “garantir igualdade”.

Com base no estudo de caso e nos fundamentos da BNCC, julgue os itens 01 a 04:

01. A leitura da BNCC como simples lista de conteúdos mínimos, dissociada do desenvolvimento de competências, tende a contrariar sua orientação, pois a centralidade do documento recai sobre aprendizagens essenciais que articulam saberes e sua mobilização em situações significativas.

02. A defesa de uniformização pedagógica como sinônimo de igualdade pode manter desigualdades de aprendizagem. A BNCC aponta que um planejamento comprometido com equidade reconhece necessidades distintas e requer decisões didático-pedagógicas voltadas à superação dessas desigualdades.

03. Ao priorizar a prova final como evidência decisiva e tratar registros processuais como complementares, a escola permanece alinhada à BNCC, pois o documento valoriza resultados consolidados ao término de cada período como referência principal do rendimento.

04. A BNCC apresenta um currículo nacional completo e prescritivo, motivo pelo qual estratégias interdisciplinares e contextuali-

zação local devem ocupar papel residual na organização pedagógica das escolas.

No CEM 417 de Santa Maria (DF), a gestão planeja um conjunto de ações e afirma que “educação integral” significa aumento de jornada, e que temas contemporâneos (direitos humanos, educação ambiental, educação financeira, relações étnico-raciais) devem aparecer como disciplinas separadas para “não misturar com o conteúdo”. Uma parte dos docentes defende que a BNCC fala de formação humana global e que tais temas podem aparecer transversalmente nas habilidades, sem virar disciplina isolada, conforme o projeto pedagógico.

Acerca da situação-problema e da BNCC, julgue os itens 05 a 08:

05. Interpretar educação integral como sinônimo de ampliação da jornada escolar reduz o alcance do conceito, pois a BNCC associa educação integral à construção intencional de processos que promovam desenvolvimento humano global e aprendizagens conectadas às necessidades, possibilidades e interesses dos estudantes, independentemente do tempo de permanência na escola.

06. A decisão de tratar temas contemporâneos como disciplinas estanques, sem articulação com componentes curriculares e sem integração às habilidades, pode contrariar a orientação de abordagem transversal e integradora, que admite contextualização conforme as especificidades dos sistemas e das escolas.

07. O compromisso da BNCC com desenvolvimento humano global pode ser atendido sem articulação com dimensões sociais, éticas e culturais, desde que o ensino assegure domínio cognitivo dos componentes curriculares.

08. Ao sustentar que a escola deve evitar conflitos e, por isso, não precisa enfrentar

preconceito e discriminação como dimensão pedagógica, a gestão se afasta da ideia de escola como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, que se fortalece por práticas de não discriminação e respeito às diferenças.

Na Regional de Ensino de Planaltina (DF), uma equipe técnica organiza orientações para que escolas do campo e escolas urbanas revisem seus currículos. Surge debate: alguns defendem que “a BNCC já é o currículo pronto e deve ser aplicada de modo idêntico”; outros defendem que a BNCC define aprendizagens essenciais, enquanto currículos e propostas pedagógicas precisam considerar contexto, identidades culturais e modalidades (Educação do Campo, EJA, Educação Especial, Educação Escolar Indígena/Quilombola), selecionando metodologias, recursos e procedimentos avaliativos coerentes.

Julgue os itens 09 a 12 à respeito do estudo de caso e a BNCC:

09. A ideia de que a BNCC equivale ao currículo completo e uniforme para todas as escolas tende a contrariar o documento, pois a BNCC se concretiza por decisões curriculares e didático-pedagógicas que adequam suas proposições à realidade local e às características do alunado, respeitada a autonomia dos sistemas e das instituições.

10. Quando a equipe escolar decide por formas de organização interdisciplinar e estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas para gestão do ensino e da aprendizagem, ela atua dentro do conjunto de decisões que caracteriza o currículo em ação previsto pela BNCC.

11. A avaliação, na perspectiva defendida pela BNCC, deve se concentrar em resultados padronizados para permitir comparabilidade entre turmas e escolas, tendo papel secundário na revisão de práticas pedagógicas e na compreensão das condições de aprendizagem.

12. A orientação de aplicar a BNCC sem considerar modalidades e especificidades

culturais, linguísticas e territoriais tende a fragilizar a implementação, pois o documento prevê decisões que viabilizam currículos adequados às diferentes modalidades e à pluralidade de contextos.

No CEF 08 de Sobradinho (DF), ao planejar o ano letivo, a equipe decide priorizar resultados em avaliações externas e sugere reduzir projetos e metodologias diversificadas, mantendo ensino centrado em exposição e exercícios repetitivos. A coordenação também propõe encerrar formações continuadas, alegando que “o professor já domina o conteúdo”, e restringir uso de recursos tecnológicos por considerá-los “distração”.

Baseando-se nos fundamentos da BNCC e no estudo de caso, julgue os itens 13 a 16:

13. O treino repetitivo de itens, quando voltado a consolidar respostas esperadas, é suficiente para promover desenvolvimento de competências, pois competência se reduz à memorização operacional de conteúdos e procedimentos.

14. Ao tratar motivação e engajamento como aspectos externos ao currículo, a escola tende a contrariar o documento, que inclui entre as decisões curriculares a concepção de situações e procedimentos para motivar e engajar estudantes nas aprendizagens.

15. A interrupção de processos permanentes de formação docente, sob argumento de que dominar conteúdo basta, se afasta da BNCC, que indica manutenção de formação continuada e materiais de orientação como parte do conjunto de decisões para sustentar ensino e aprendizagem.

16. A seleção e o uso de recursos tecnológicos na escola devem ser evitados para preservar a atenção do estudante, já que a BNCC prioriza estratégias tradicionais de ensino e não inclui recursos didáticos e tecnológicos como parte do planejamento curricular.

Na Regional de Ensino de Taguatinga (DF), gestores discutem implementação da

BNCC em rede com desigualdades de infraestrutura. A equipe avalia criar instâncias técnico-pedagógicas nas escolas, reforçar formação inicial/continuada alinhada, revisar materiais pedagógicos e critérios de infraestrutura, e organizar monitoramento articulado com organismos educacionais. Um grupo argumenta que a União “não tem mais papel após a homologação” e que cada rede deve implementar sem coordenação nacional.

À luz da BNCC e baseado no estudo de caso, julgue os itens 17 a 20:

17. A implementação da BNCC exige regime de colaboração e responsabilidades complementares; por isso, a ideia de execução isolada por cada rede, sem coordenação nacional e sem articulação interfederativa, enfraquece o desenho previsto para alcançar objetivos de igualdade e equidade.

18. Após a homologação da BNCC, a atuação da União se esgota na publicação do documento, ficando a formação inicial e continuada e as políticas de avaliação e materiais pedagógicos integralmente a cargo das redes locais.

19. O acompanhamento da implementação da BNCC, por ter natureza de suporte técnico, pode ser realizado por cada rede de ensino de modo autônomo, limitando-se à verificação interna de cumprimento de habilidades e à análise de resultados escolares, sem articulação com instâncias nacionais nem priorização de apoio a redes com menor capacidade técnica e financeira.

20. A passagem do plano normativo para o plano da ação implica que aprendizagens essenciais se materializam por decisões e rotinas da escola; assim, tratar a BNCC como documento suficiente por si só, sem gestão curricular e decisões pedagógicas coerentes, tende a comprometer sua efetividade.

ECA DIGITAL - 18 MARÇO
SUZELE VELOSO

Julgue os itens a seguir (Certo ou Errado) conforme disposto no ECA DIGITAL – Lei:

01. Uma plataforma de vídeos permite que conteúdos com incentivo à automutilação permaneçam disponíveis para usuários menores de idade por vários dias, alegando que a remoção depende de denúncia dos próprios usuários. Nessa situação, a plataforma não pode ser responsabilizada juridicamente, pois cabe aos pais controlar o que seus filhos assistem na internet.

02. Uma empresa de rede social decide implementar um sistema de verificação de idade que exige o envio de documento oficial e a comparação por biometria facial com uma selfie do usuário. Essa medida está de acordo com as diretrizes do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente, que exige

mecanismos confiáveis para evitar o acesso indevido de menores a conteúdos nocivos.

03. Em um jogo online popular entre adolescentes, os desenvolvedores mantêm caixas de recompensa aleatórias (“loot boxes”) sem informar aos jogadores as probabilidades de obtenção dos itens virtuais. Nessa situação, a prática é compatível com o ECA Digital, desde que os itens obtidos não possuam valor financeiro real.

04. Uma plataforma de streaming permite que uma criança de 10 anos crie conta informando apenas a própria data de nascimento no momento do cadastro. Segundo o Estatuto Digital da Criança e do Adolescente, essa prática é suficiente como método de verificação de idade.

05. Uma empresa de tecnologia desenvolve ferramentas que permitem aos pais limitar o tempo de uso de aplicativos, acompanhar o histórico de navegação dos filhos e bloquear determinados conteúdos. Essa prática está alinhada ao fortalecimento da supervisão parental previsto no ECA Digital.

06. Uma rede social coleta dados de navegação de crianças e adolescentes para criar perfis de consumo e direcionar anúncios personalizados de brinquedos e alimentos ultraprocessados. Mesmo que os pais autorizem essa coleta de dados, tal prática continua vedada pelo ECA Digital.

07. Uma escola pública passa a desenvolver programas de educação digital voltados à segurança online e ao uso responsável da internet por estudantes. Essa iniciativa está em consonância com as diretrizes do ECA Digital sobre o papel educativo das instituições de ensino.

08. Uma plataforma digital permite que menores de 16 anos tenham contas totalmente independentes, sem qualquer vínculo com contas de responsáveis legais, desde que concordem com os termos de uso do serviço. Essa conduta está em conformidade com o ECA Digital.

09. Em determinado aplicativo, crianças são expostas continuamente a anúncios personalizados com base em seus hábitos de navegação, o que pode estimular consumismo precoce e influenciar suas preferências de consumo. Essa prática motivou a proibição do perfilamento publicitário infantil pelo ECA Digital.

10. Um pai permite que seu filho utilize livremente redes sociais e jogos online sem qualquer acompanhamento ou orientação. Caso essa conduta exponha o menor a riscos digitais relevantes, ela poderá caracterizar situação conhecida como abandono digital.

SIMULADO VALPARAÍSO - 19 MARÇO **GUILHERME AUGUSTO**

Ao analisar a trajetória histórica da educação brasileira, observa-se que diferentes concepções pedagógicas se articularam às transformações sociais, políticas e econômicas do país. Desde as influências do escolanovismo, passando pelas críticas às pedagogias tecnicistas durante o período de expansão do ensino na segunda metade do século XX, até as formulações críticas e histórico-dialéticas, o pensamento pedagógico brasileiro passou a problematizar a relação entre educação escolar, desigualdade social e democratização do acesso ao conhecimento.

01. Considerando essa relação entre sociedade, educação e pensamento pedagógico brasileiro, assinale a alternativa correta:

A. O pensamento pedagógico brasileiro consolidou-se de forma homogênea ao longo do século XX, caracterizando-se pela predominância de uma perspectiva liberal-progressista que compreende a escola como espaço neutro em relação às contradições sociais.

B. As pedagogias críticas desenvolvidas no Brasil problematizam a função social da escola ao compreenderem que o processo educativo se insere em relações sociais historicamente determinadas, podendo tanto reproduzir desigualdades quanto contribuir para sua superação mediante a mediação do conhecimento sistematizado.

C. As correntes pedagógicas de inspiração crítica defendem a redução da centralidade do conhecimento científico escolar, entendendo que o currículo deve privilegiar prioritariamente saberes cotidianos como forma de resistência às estruturas sociais dominantes.

D. O pensamento pedagógico brasileiro contemporâneo tende a dissociar a análise das práticas escolares das condições históricas de produção da sociedade, privilegiando abordagens centradas no desenvolvimento individual do estudante.

Em debates sobre a história da educação brasileira, pesquisadores destacam que o pensamento pedagógico no país foi fortemente influenciado por disputas entre projetos societários distintos, refletindo tensões entre democratização educacional, formação para o trabalho e construção da cidadania.

02. Nesse contexto, assinale a alternativa que melhor expressa uma interpretação consistente dessa relação.

A. A formação do pensamento pedagógico brasileiro ocorreu de forma dissociada das transformações sociais, sendo orientada majoritariamente por modelos teóricos importados sem articulação com as especificidades históricas do país.

B. As correntes pedagógicas brasileiras passaram a reconhecer que a escola pode constituir um espaço de mediação cultural no qual os sujeitos entram em contato com conhecimentos historicamente produzidos, contribuindo para a compreensão crítica da realidade social.

C. A pedagogia brasileira contemporânea passou a rejeitar análises estruturais da sociedade, substituindo-as por perspectivas centradas na aprendizagem espontânea e na ausência de mediação docente.

D. O debate pedagógico no Brasil eliminou gradativamente as discussões sobre desigualdade social, deslocando o foco da educação para processos exclusivamente cognitivos.

O campo de estudos do currículo consolidou-se ao longo do século XX como um espaço de disputas teóricas e políticas acerca do que deve ser ensinado, de que forma e com quais finalidades sociais. Diferentes correntes interpretativas passaram a compreender o currículo não apenas como um documento prescritivo, mas como uma prática social permeada por relações de poder, cultura e produção de sentidos no cotidiano escolar.

03. Considerando essas discussões, assinale a alternativa correta.

A. As teorias tradicionais do currículo tendem a compreender o currículo como um

instrumento técnico de organização do ensino, enfatizando a eficiência na transmissão de conteúdos e a definição de objetivos educacionais mensuráveis.

B. As teorias críticas rejeitam a análise das relações de poder presentes na seleção de conhecimentos escolares, defendendo a neutralidade do currículo em relação às disputas sociais.

C. As abordagens pós-críticas consideram o currículo como um conjunto estável de conteúdos universalmente definidos, desconsiderando a influência de aspectos culturais e identitários.

D. As teorias críticas e pós-críticas convergem ao afirmar que o currículo é exclusivamente determinado por decisões individuais dos professores no interior da sala de aula.

Pesquisas contemporâneas em currículo apontam que o processo curricular envolve diferentes níveis de materialização, desde documentos normativos até práticas pedagógicas concretas no cotidiano escolar.

04. Nesse sentido, assinale a alternativa correta:

A. O currículo real corresponde ao conjunto de normas legais que definem os conteúdos mínimos obrigatórios para os sistemas educacionais.

B. O currículo oculto refere-se aos conteúdos explicitamente previstos nos documentos curriculares oficiais.

C. O currículo real diz respeito às práticas efetivamente desenvolvidas na escola, resultantes da interação entre professores, estudantes, contexto institucional e orientações curriculares.

D. O currículo oculto corresponde ao planejamento pedagógico formal elaborado pelas secretarias de educação.

A Base Nacional Comum Curricular foi instituída como documento normativo que define aprendizagens essenciais para a Educação Básica brasileira, orientando a elaboração de currículos nos sistemas de ensino e nas instituições escolares.

05. Considerando sua estrutura e finalidade, assinale a alternativa correta:

A. A BNCC estabelece um currículo único e detalhado para todas as escolas brasileiras, definindo metodologias de ensino obrigatórias para cada componente curricular.

B. A BNCC organiza as aprendizagens em competências e habilidades, estruturadas por áreas do conhecimento e componentes curriculares, orientando a construção dos currículos pelos sistemas e redes de ensino.

C. A BNCC substitui integralmente os currículos elaborados pelos sistemas de ensino, eliminando a autonomia pedagógica das escolas.

D. A BNCC estabelece conteúdos mínimos apenas para o ensino médio, cabendo aos sistemas de ensino definir os demais níveis.

No contexto da implementação da BNCC, diferentes debates têm destacado a importância da articulação entre o documento nacional e as realidades educacionais locais.

06. Assinale a alternativa correta.

A. A BNCC desconsidera as especificidades regionais e culturais, estabelecendo um currículo uniforme para todo o território nacional.

B. A BNCC orienta a construção curricular, sendo complementada por currículos locais que incorporam contextos regionais e culturais.

C. A BNCC impede que as escolas desenvolvam projetos pedagógicos próprios.

D. A BNCC determina que os sistemas educacionais abandonem currículos estaduais ou municipais.

A didática constitui um campo de estudo que investiga os processos de ensino e aprendizagem, analisando as relações entre objetivos educacionais, conteúdos, métodos, estratégias pedagógicas e avaliação.

07. Assinale a alternativa correta.

A. A didática contemporânea compreende o ensino como processo complexo que envolve mediação pedagógica, organização do conhecimento e interação entre professores e estudantes.

B. A didática limita-se ao estudo de técnicas de ensino desvinculadas de fundamentos teóricos.

C. A didática exclui a análise do contexto social e cultural da aprendizagem.

D. A didática restringe-se ao planejamento de aulas individuais.

No debate contemporâneo sobre práticas pedagógicas, diferentes autores destacam a importância da mediação docente na construção do conhecimento escolar.

08. Assinale a alternativa correta:

A. A mediação pedagógica compreende o papel do professor na organização de situações de aprendizagem que possibilitem aos estudantes apropriar-se de conhecimentos sistematizados.

B. A mediação docente implica a retirada do professor do processo educativo.

C. A mediação pedagógica substitui a necessidade de planejamento didático.

D. A mediação docente corresponde à reprodução direta de conteúdos sem problematização.

A gestão democrática da educação constitui princípio previsto na legislação educacional brasileira e envolve a participação da comunidade escolar na organização e no funcionamento das instituições de ensino.

09. Assinale a alternativa correta:

A. A gestão democrática substitui a atuação dos profissionais da educação na gestão escolar.

B. A gestão democrática limita a participação da comunidade apenas à execução de decisões previamente definidas pela direção escolar.

C. A gestão democrática elimina a necessidade de planejamento institucional.

D. A gestão democrática pressupõe processos participativos que envolvem diferentes segmentos da comunidade escolar na tomada de decisões.

No contexto da organização escolar, instrumentos como conselhos escolares, assembleias e grêmios estudantis são frequentemente associados à gestão democrática.

10. Assinale a alternativa correta:

A. Esses instrumentos restringem o debate pedagógico.

B. Esses instrumentos substituem o papel da equipe gestora.

C. Esses instrumentos ampliam espaços de participação e diálogo entre diferentes segmentos da comunidade escolar.

D. Esses instrumentos têm caráter exclusivamente administrativo.

A incorporação das tecnologias digitais no contexto educacional tem suscitado debates acerca de suas potencialidades e desafios para os processos de ensino e aprendizagem.

11. Assinale a alternativa correta:

A. As tecnologias digitais podem ampliar possibilidades de interação, produção de conhecimento e acesso à informação no processo educativo.

B. O uso de tecnologias elimina a necessidade de mediação docente.

C. As tecnologias digitais substituem o currículo escolar.

D. O uso de tecnologias restringe-se ao ensino remoto.

A integração pedagógica das tecnologias da informação e comunicação exige reflexões sobre suas implicações didáticas.

12. Assinale a alternativa correta:

A. A utilização de tecnologias reduz o papel do professor.

B. A utilização de tecnologias dispensa planejamento pedagógico.

C. A utilização de tecnologias impede o trabalho colaborativo.

D. A utilização de tecnologias na educação requer planejamento pedagógico que articule recursos digitais, objetivos de aprendizagem e estratégias didáticas.

O Plano Nacional de Educação constitui instrumento de planejamento de políticas educacionais no Brasil, estabelecendo metas e estratégias para o desenvolvimento da educação.

13. Assinale a alternativa correta:

A. O PNE estabelece metas para a educação brasileira, orientando políticas públicas educacionais.

B. O PNE define apenas diretrizes gerais sem metas quantitativas.

C. O PNE aplica-se apenas ao ensino superior.

D. O PNE não envolve responsabilidades dos entes federativos.

O Plano Nacional de Educação envolve diferentes dimensões da política educacional brasileira.

14. Assinale a alternativa correta.

A. O PNE restringe-se ao financiamento da educação.

B. O PNE estabelece metas relacionadas ao acesso, permanência, qualidade da educação e valorização dos profissionais da educação.

C. O PNE trata apenas da expansão do ensino médio.

D. O PNE limita-se à organização curricular.

A Lei nº 9.394/1996 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, organizando o sistema educacional brasileiro e definindo princípios para a educação básica e superior.

15. Assinale a alternativa correta:

A. A LDB organiza a educação nacional em diferentes níveis e modalidades, estabelecendo princípios para sua oferta e funcionamento.

B. A LDB regula exclusivamente a educação básica.

C. A LDB elimina a autonomia dos sistemas de ensino.

D. A LDB estabelece currículos únicos obrigatórios para todas as escolas.

Entre os princípios estabelecidos pela LDB para o ensino no Brasil encontram-se elementos relacionados à igualdade de condições e à gestão educacional.

16. Assinale a alternativa correta:

A. A LDB elimina a diversidade de modalidades educacionais.

B. A LDB restringe o direito à educação aos níveis obrigatórios.

C. A LDB estabelece que o ensino público deve ser organizado sem participação da comunidade escolar.

D. A LDB prevê princípios como igualdade de condições para acesso e permanência na escola, liberdade de aprender e ensinar e gestão democrática do ensino público.

CRASE - 20 MARÇO
MARIANA NOLETO

(Vunesp 2025 – adap.)

01. O sinal de crase está corretamente empregado na frase: Para falar à uma pessoa, saiba quem ela é.

(Cesgranrio 2026 – adap.)

02. O uso do sinal indicativo de crase, nas palavras em destaque, está de acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa: Os consumidores recorrem **à** empréstimos para tentar resolver seus problemas.

(Vunesp 2026 – adap.)

03. No trecho “A forte dependência de importações de um único país pode deixar as nações vulneráveis.”, a expressão destacada pode ser substituída, mantendo-se a norma-padrão do emprego do acento indicativo de crase, por: **fazer com que nações nessa condição fiquem sujeitas à vulnerabilidade.**

(Cebraspe 2025)

Temia-se, nesse sentido, que as inestimáveis riquezas naturais do Brasil despertassem a cobiça internacional, de forma a representar riscos às fronteiras nacionais e ao direito soberano do país. [...]

04. É facultativo o emprego do sinal indicativo de crase no vocábulo “às” em “às fronteiras”.

(Cebraspe 2025)

De acordo com o Plano das Nações Unidas sobre Discursos de Ódio, a prática do discurso de ódio se caracteriza como um tipo de comunicação falada, escrita ou comportamental que ataca ou utiliza linguagem pejorativa ou discriminatória em referência a uma pessoa ou grupo. [...]

05. No trecho “em referência a”, a inserção do sinal indicativo de crase no vocábulo “a” seria gramaticalmente **incorreta**.

(Cebraspe 2025)

Seja qual for o caminho que nos faça regressar ao princípio, sempre chegaremos à mesma conclusão: que o pacto social esta-

belece entre os cidadãos uma tal igualdade que todos ficam obrigados às mesmas condições e todos devem gozar dos mesmos direitos.

06. Em “chegaremos à mesma conclusão” o vocábulo “à” recebe o acento indicativo de crase porque representa a fusão entre a preposição a, exigida pela regência do verbo **chegar**, e o artigo definido feminino que precede o termo “mesma”.

(Cebraspe 2025)

Estar com aquela turma me fez refletir sobre o mito da sustentabilidade, inventado pelas corporações para justificar o assalto que fazem à nossa ideia de natureza. [...]

07. Em “à nossa ideia de natureza”, é obrigatório o emprego do sinal indicativo de crase no vocábulo “à”.

(Cebraspe 2025)

De quinze em quinze dias, a carroça de carvão para na porta e uns homens de blusão de couro trazem o carvão para dentro de casa em sacos robustos, cheirando a piche, e o despejam no depósito de carvão embaixo da escada.

08. No segmento “cheirando a piche”, o emprego do sinal indicativo de crase no vocábulo “a” é opcional.

(Cebraspe 2025)

[...] desde os anos 1970 estão centradas na ideia de ocupação do território para atividades agropecuárias e de mineração, além do uso dos rios para geração de energia elétrica, mesmo que isso implique a derrubada descontrolada da floresta.

09. A inserção do sinal indicativo de crase no vocábulo “a” em “implique a derrubada” prejudicaria a correção gramatical do trecho em questão.

(Cebraspe 2025)

Recentemente, cientistas que estudaram esses pacientes notaram lesões numa região do lóbulo temporal, o que levou à hipótese

de que pode existir uma parte específica do cérebro dedicada à taxonomia.[...]

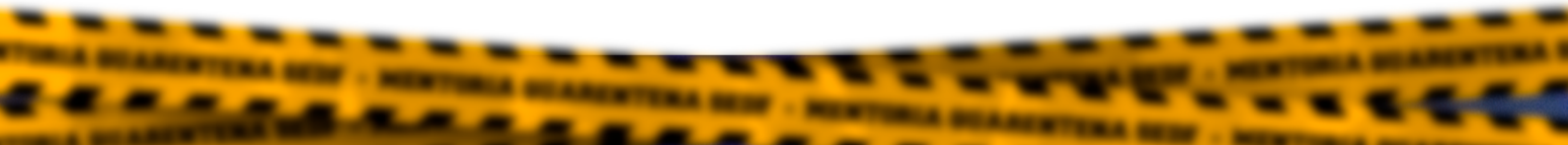
10. No último período do quinto parágrafo, o sinal indicativo de crase em “à hipótese” e em “à taxonomia” poderia ser omitido sem prejuízo da correção gramatical, o que indicaria que os termos “hipótese” e “taxonomia” teriam sentido genérico.

(Vunesp 2025 – adap.)

11. O sinal indicativo de crase na palavra em destaque está de acordo com a norma-padrão: Um segundo livro deverá levar bons ensinamentos à todas as escolas.

(Cesgranrio 2025 – adap.)

12. O acento grave indicativo de crase nos termos em destaque está empregado de acordo com as regras da norma-padrão da Língua Portuguesa em: As alterações no clima ajudam à intensificar desastres naturais ao redor do mundo.



quarentena

   OSPEDAGOGICOS

SEMANA

QUARENTENA SEDF

200 questões

 **PEDAGÓGICOS**
CURSOS E CONCURSOS